UM ASSENTAMENTO DO INÍCIO DA OCUPAÇÃO LUSA NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Natália Machado Mergen[1]
Pedro Ignácio Schmitz[2]

Resumo
O trabalho se propõe analisar o material de dois sítios arqueológicos do período colonial localizados na planície costeira norte do Rio Grande do Sul. Para ampliar o contexto histórico das amostras buscou-se relacionar os elementos de cultura material, recolhidos nos sítios RS-LN-141 e RS-LN-142, com informações históricas da área, recolhidas através de revisão bibliográfica. Os materiais presentes na coleção correspondem a um período inicial de povoamento da região por populações lusas ou mestiças, aproximando-se da época em que inicia o estabelecimento das primeiras propriedades agropastoris, afastando-se da época dos primeiros contatos com as populações nativas através da captura de índios e da missão.
Palavras chave: assentamento agropastoril, planície litorânea, conquista lusa

Abstract
The aim of this paper is to analyze the material remains of two colonial archaeological sites, located on the coastal plain of the federal state of Rio Grande do Sul. In order to amplify the historical context of the samples we compared the material elements recovered on the sites RS-LN-141 and RS-LN-142 with historical information of the area obtained through bibliographic review. The objects of the collection correspond to an initial period of the peopling in the area by Portuguese and mestizo individuals, near to the establishment of the first agropastoral properties and distant from the first interaction of slave raiders and missionaries with the native population.
Key words: agropastoral establishment, coastal plain, Portuguese conquest.

Introdução

O litoral gaúcho é uma região importante para a compreensão das sociedades pretéritas que lá habitaram, tanto sob o ponto de vista arqueológico, quanto histórico. Para a Arqueologia é uma área de intensa pesquisa de sítios variados, que demonstram a constante ocupação indígena, durante os últimos quatro milênios. Para a História ela é importante, quando se busca compreender a dinâmica expansionista de populações lusas ou mestiças ao longo do litoral meridional brasileiro, atingindo os campos da vizinha República do Uruguai. Ao analisarmos as amostras arqueológicas não podemos esquecer sua necessária relação com as ocorrências históricas da região.

---

[1] Bolsista de Iniciação Cientifica CNPq, Instituto Anchietano de Pesquisas. E-mail: natalia.mergen@gmail.com.

[2] Bolsista Sênior CNPq, Instituto Anchietano de Pesquisas. E-mail: anchietano@unisinos.br.
PESQUISAS, ANTROPOLOGIA Nº 70: 255-275 São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2013.

No estudo da cultura material utilizamos métodos recorrentes e, através deles, estudamos a cerâmica, o lítico e outros objetos encontrados no local.

Na revisão bibliográfica, procuramos contemplar tanto os fatos históricos locais, de menor amplitude historiográfica, quanto os de maior alcance, ligados ao processo de expansão do império português para o sul do Brasil.

Problemática e objetivo

Os sítios arqueológicos estudados neste trabalho estão ligados ao processo de povoamento luso do litoral do Rio Grande do Sul e oferecem um novo objeto, agora de caráter arqueológico, para ampliar a compreensão do estabelecimento agropastoril do primeiro período deste povoamento colonial.

Na historiografia regional são recorrentes as informações sobre a transição entre os assentamentos coloniais exploratórios, do tipo ‘invernada de gado’ ao longo do caminho das tropas de gado da Colônia do Sacramento para Sorocaba, assentamentos que são substituídos, ao tempo das primeiras sesmarias, por estâncias dedicadas à criação de animais. Os caminhos das tropas com suas invernadas e as estâncias de criação são etapas do processo de anexação do território sulino ao império português. Nesse processo estão envolvidos tanto os interesses da iniciativa pessoal como os da Coroa portuguesa. Para a construção da visão histórica buscamos informação tanto em obras tradicionais, quanto em publicações recentes. Demos algum destaque às publicações vinculadas aos Encontros dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha, principalmente às obras ‘Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá’ (Bemfica *et al*., 2000), e ‘Raízes de Terra de Areia’ (Ely & Barroso, 1999).

Na Arqueologia as pesquisas seguem um ritmo menos acelerado. As pesquisas arqueológicas publicadas, envolvendo sítios históricos, na planície litorânea, são escassas. Destacam-se as realizadas no município de Osório e Capão da Canoa por Pedro Ignácio Schmitz (1958), em Santo Antônio da Patrulha por André Luiz Jacobus (1996, 1998, 2000) e em Rio Grande por Pedro Augusto Mentz Ribeiro (2004). O primeiro autor se refere aparentemente a um contato de preadores com índios, o segundo a um posto de controle no caminho das tropas de gado, o terceiro ao estabelecimento urbano português no Sul. Mesmo que estes trabalhos se refiram a assentamentos do período inicial da colonização lusa do território, neles não encontramos muitas semelhanças com os materiais que estudamos. Esta é a importância do estudo dos presentes sítios.

O objetivo do trabalho, então, é mostrar dois sítios arqueológicos do litoral setentrional do Rio Grande do Sul, que apresentam características coloniais e podem representar um dos primeiros assentamentos agropastoris de populações lusas ou mestiças do fim século XVII ou começo do século XVIII, na região.

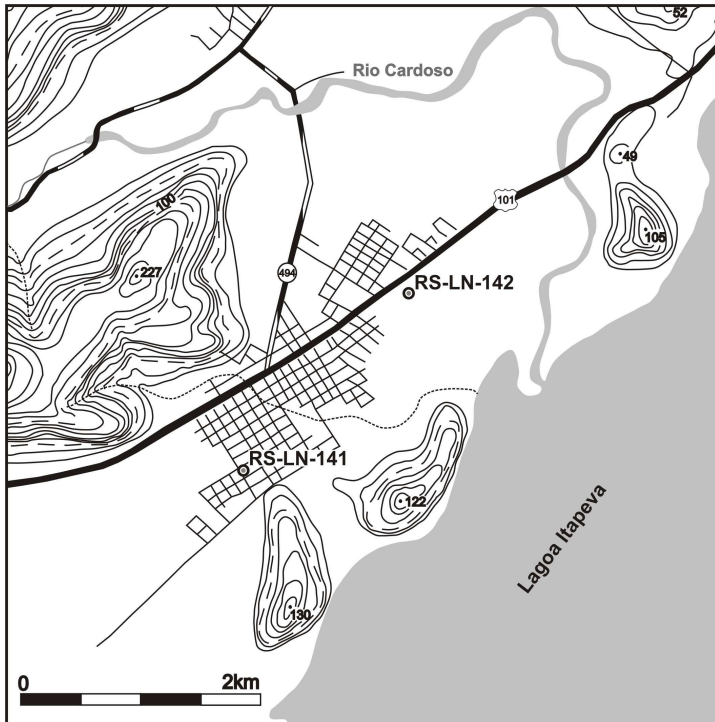
O sítio e sua pesquisa original

A arqueóloga Jussara Louzada Becker durante os anos de 1985 a 2005 realizou levantamentos de sítios em toda a região que envolve os municípios de Tramandaí, Torres, Osório, Capão da Canoa, Terra de Areia, Três Cachoeiras, Santo Antônio da Patrulha, Itati, Três Forquilhas, Aratinga, São Francisco de Paula, Maquiné, Arroio do Sal e Morrinhos do Sul. Este projeto, denominado 'O Homem Pré-Histórico no Litoral Norte, RS, Brasil', apoiado entre 1985 e 1989 pelo CNPq através de Bolsa de Pesquisa e a partir de 1989 até 2005 com recursos pessoais da pesquisadora, levantou um total de 204 sítios arqueológicos, entre conservados, semi-destruídos e destruídos. O resultado deste trabalho foi publicado em dois pequenos volumes, intitulados 'O Homem Pré-histórico no Litoral Norte, RS, Brasil, de Torres a Tramandaí', o volume 1, publicado em 2007 e o volume 3 publicado em 2008 (Becker, 2007, 2008). O volume 2 ainda não foi concluído.

Durante o projeto, foram localizados os sítios RS-LN-141 e 142, no município de Três Cachoeiras, planície costeira setentrional do Estado do Rio Grande do Sul.

Os sítios localizam-se junto à margem ocidental da Lagoa Itapeva, numa região de cordões de lagoas, estreita área de transição geográfica entre as escarpas do Planalto Meridional Brasileiro e o oceano Atlântico. Ambos os sítios assentam sobre a planície costeira retilínea de formação holocênica, originada do transporte de sedimentos do interior do continente, dos movimentos do oceano e das antigas fraturas das escarpas de basalto. Acompanhando esta faixa de areia existem numerosas dunas, que formam cordões e são moldadas pelos ventos que sopram perpendicularmente à costa, empurrando-as em direção à restinga e às lagoas.

O sítio RS-LN-141 está atualmente na cidade de Três Cachoeiras, distando da lagoa aproximadamente 1.200 metros; já o sítio RS-LN-142 localiza-se mais ao norte da cidade e dista da lagoa cerca de 900 metros. A distância entre os sítios é de cerca de 1.700 metros. Ambos os sítios encontram-se destruídos. O primeiro foi afetado principalmente pelo crescimento urbano da cidade, pois se encontra totalmente em um espaço residencial; porém ao lado do sítio ainda existe um pequeno terreno, segundo moradores, coberto por mata nativa, que localizamos, porém sem realizar levantamentos ou prospecções. O segundo encontra-se à beira de uma estrada federal, a BR-101, cujas obras de duplicação aterraram totalmente sua área.

Os sítios localizam-se em uma zona de caráter propicio para assentamentos humanos, por possuirem solo fértil e ambiente rico em recursos naturais. Estas características positivas para a sobrevivência seriam indispensáveis tanto para populações indígenas quanto para os primeiros assentamentos coloniais. Os indígenas, através da coleta e da caça, exploravam nas lagoas, nos banhados e na restinga recursos alimentares importantes; do mesmo modo, a proximidade com a vegetação da encosta oferecia solo apropriado ao desenvolvimento de sua agricultura.

Mapa 1: Localização dos sítios RS-LN-141 e RS-LN-142 na cidade de Três Cachoeiras

As populações coloniais por sua vez, também tenderam a assentar-se em lugares onde existissem possibilidades de subsistência, ou sua manutenção, e em áreas onde havia comunicação, ainda que rarefeita, com os centros coloniais maiores.

Em 1992, Jussara Becker registrou os sítios e reuniu 828 fragmentos cerâmicos, uma grande conta 'veneziana' partida, um cachimbo e alguns instrumentos líticos, porém sobre os sítios e o trabalho realizado só deixou breves anotações. Na época, a pesquisadora classificou a cerâmica como pertencente à Tradição Tupiguarani. Em 2010 o Instituto Anchietano de Pesquisas recebeu a guarda de toda a coleção recolhida nesses vinte anos de pesquisas, inclusive o material desses sítios.

O estudo arqueológico

Material e método

Dispondo o material sobre a mesa, duas coisas chamaram atenção. Primeiro, os materiais numerados como de um sítio colavam perfeitamente em materiais do outro sítio, terminando por formar panelas inteiras, embora os sítios distem entre si mais de mil metros. Na numeração de ambos os sítios aparece uma cerâmica definitivamente colonial e outra claramente guarani, o que levou à pesquisadora a caracterizar os assentamentos como da Tradição

Tupiguarani. Segundo, os fragmentos recolhidos, em muitos casos, permitem a reconstituição física às vezes completa, às vezes parcial, de recipientes, indicando que muitos deles foram abandonados inteiros, ou quebrados, mas sem faltarem muitas partes do todo. Isto foi observado tanto com vasilhas consideradas coloniais, como com vasilhas de estilo Tupiguarani. É sinal de que este material não vem de uma lixeira, onde ele estaria mais fragmentado e disperso, mas provavelmente de sua disposição dentro da habitação. Ao lado destas peças que permitem recomposição existem numerosos fragmentos isolados, especialmente de estilo guarani, que poderiam vir de uma lixeira.

É possível que em algum momento da manipulação original tenha havido mistura de material de ambos os sítios, sancionada pela numeração e que já não permite reversão. A análise precisa abstrair desta realidade e olhar o material como se fosse de um sítio, embora, com isso, se perca precisão. O material é interessante porque mostra elementos de artesanato cerâmico em que coexistem peças que parecem legitimamente indígenas, outras coloniais trazidas de algum centro produtor e outras ainda coloniais, sugerindo produção local, associando elementos das duas procedências. O sítio representa um momento antigo da colonização lusa do Rio Grande do Sul.

Na análise da cerâmica levamos em consideração sua construção, sua forma e seu possível uso.

Como foi possível reconstituir fisicamente muitos recipientes, ou grandes partes deles, podemos trabalhar com unidades de vasilhas, em vez de trabalhar com fragmentos. Isto possibilita estabelecer melhor os perfis e a variabilidade das peças. Além das formas, estudamos a pasta, a construção das paredes, o acabamento externo e interno e as marcas de uso. Como ainda não há descrições para este estilo cerâmico no litoral meridional do Brasil, propomos uma comparação entre as formas percebidas na recomposição e as referências de cerâmicas já conhecidas, tanto indígenas, quanto coloniais. Através desta comparação buscamos entender as origens das peças cerâmicas, o caráter e a cronologia do assentamento e a etnia de seus moradores.

O material lítico foi desenhado, primeiramente à mão e depois com auxílio de computador, fotografado e classificado segundo sua função presumida. O cachimbo e a conta 'veneziana' foram fotografados e classificados.

A cerâmica

A coleção cerâmica é composta por 828 fragmentos e por uma alça, existindo vasilhas que reproduzem formas e acabamentos da tradição tecnológica Tupiguarani, vasilhas que reproduzem formas e acabamentos claramente coloniais, e vasilhas provavelmente também coloniais, cuja produção associa elementos indígenas e coloniais. As vasilhas foram abandonadas em diferentes graus de integridade; muitas parecem ter sido abandonadas quando bastante íntegras, conservando assim todos ou a maior parte dos fragmentos e permitindo uma reconstrução gráfica precisa de suas formas; de outras puderam ser reunidos fragmentos suficientes para

reconstituir parte da forma. Este conjunto corresponde a 34 vasilhas reconstituídas com o uso de seus 587 fragmentos. Também existem 48 fragmentos de bases, paredes e bordas, alguns possivelmente pertencentes a uma mesma vasilha, que também foram computados como 20 unidades de recipientes, porém sem a recomposição de suas formas. Há ainda 193 fragmentos isolados, que não puderam ser encaixados em unidades, nem foram utilizados para a análise das formas. O material não apresenta sinais de rolamento e pisoteio. Como ele não foi recolhido em estratigrafia, e sim na superfície do terreno, sem registro individual dos fragmentos, ficam dúvidas sobre a associação dos elementos e a caracterização de cada um dos dois sítios.

Procuramos individualizar as vasilhas, e em seguida descrevê-las. Deste modo, conseguimos identificar na coleção o número mínimo de 55 unidades de vasilhas, sendo que destas foram recompostas 34 unidades, agrupadas segundo forma, tamanho e possível funcionalidade, em cinco grupos. Em cada grupo indicamos a forma, a quantidade, o tamanho de abertura da boca e marcas de utilização.

Grupo 1: Panelas médias, 10 unidades, de 20 a 32 cm na abertura da boca, onde existem manchas escuras tipo películas de fuligem; neste grupo foi incluído um ‘cambuchi’ típico.

Grupo 2: Panela média colonial, 1 unidade, com 20 cm na abertura da boca, com marcas de fuligem em toda a superfície externa e superfície interna escurecida;

Grupo 3: Panelas grandes, 3 unidades, de 44 a 50 cm na abertura da boca, onde há principalmente craquelados internos;

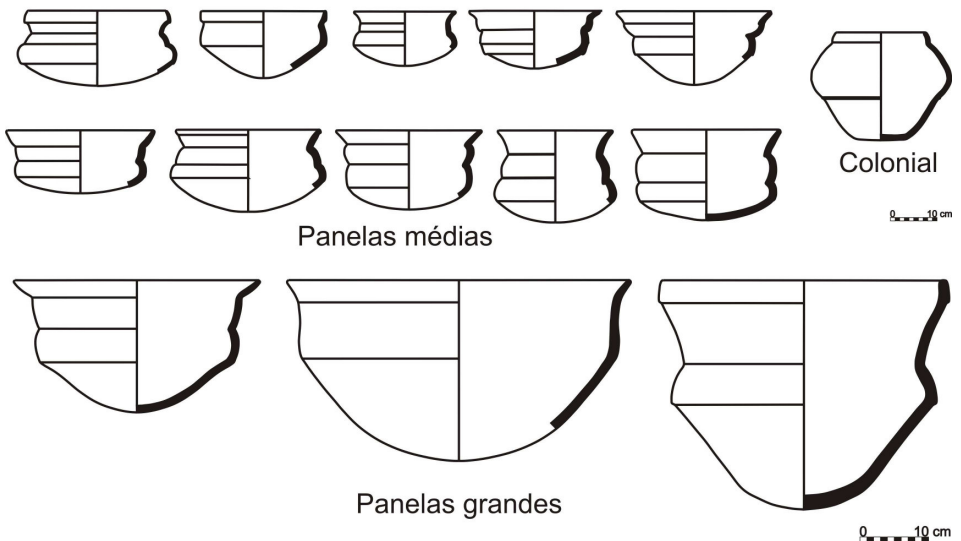



Figura 1: Vasilhas dos grupos 1, 2 e 3 com boa visualização da forma

Grupo 4: Tigelas pequenas e médias, 12 unidades, de 12 a 32 cm na abertura da boca, sem marcas evidentes de uso;

Grupo 5: Tigelas grandes, tipo 'gamelas', 8 unidades, de 36 a 44 cm na abertura da boca, com marcada presença de crostas e craquelados internos, eventualmente também craquelado externo.

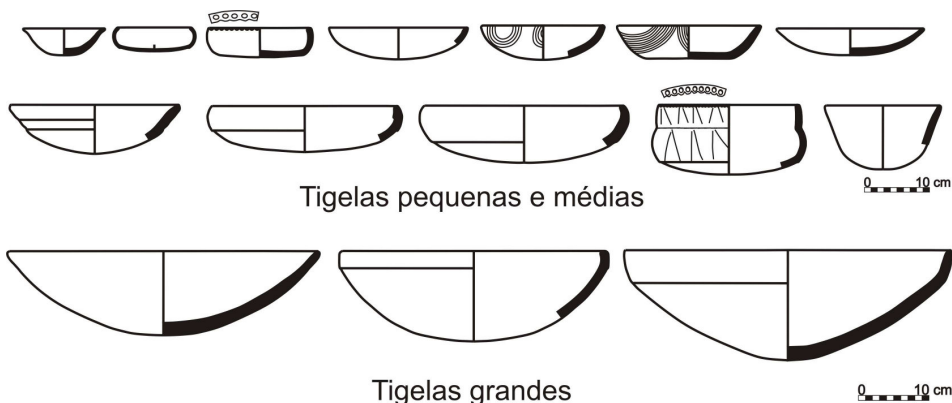



Figura 2: Vasilhas dos grupos 4 e 5 com boa visualização da forma

Embora ocorram semelhanças na produção das vasilhas, principalmente na confecção das paredes, não conseguimos reunir a variabilidade a um denominador comum.

Nas vasilhas pequenas e médias, com reprodução de elementos da tradição tecnológica Tupiguarani, há predomínio da confecção acordelada. Quando a vasilha é composta por vários bojos sobrepostos, a junção entre eles é frequentemente marcada na superfície interna por uma saliência em forma de anel, ou por uma sobra intencional de massa de feição semelhante, resultantes de junção em descontinuidade ou ângulo da parede; na superfície externa esta junção descontínua aparece como ângulo de pequena abertura.

Nas vasilhas de tipo 'gamela' e nas panelas grandes, que possuem caráter mais produtivo, industrial, ocorreu uma confecção menos regular, com a utilização complementar de tiras, roletes e fragmentos de massa; seus limites aparecem como negativos e positivos nas junções. Em vasilhas de tamanho médio estes limites entre as partes construtivas são menos claros, mas nelas são frequentes laminações, mostrando sobreposição de duas até três massas para a formação da parede; a sobreposição não deve ser confundida com barbotina.

A junção dos elementos, tiras, roletes e massas, usados na construção das paredes, se manifesta sob a forma de irregularidades no acabamento plástico da superfície externa. Quando uma tira de barro não fecha bem com a anterior, especialmente nos ângulos entre duas partes da vasilha, deixando um feio sulco, pode-se disfarçar a junção mal feita sobrepondo uma faixa de ungulações, à maneira de uma "costura"; isto ocorre tanto em recipientes escovados, quanto nos simples. Estas vasilhas utilitárias, na maioria dos casos, apresentam assimetrias na borda e no lábio.

Em relação ao acabamento externo percebemos que nas vasilhas tipo gamelas e nas panelas de tamanho grande, há predomínio do corrugado (55%), seguido pelo escovado (36%), sendo ambos os acabamentos irregulares. Nas panelas médias há equilíbrio entre o ungulado (30%) e o escovado (30%), porém com uma apresentação mais regular que nas vasilhas grandes; há ainda o 'estocado', o corrugado, o corrugado escovado e a pintura vermelha sobre engobe branco. As tigelas pequenas e médias possuem acabamento externo mais regular, com predomínio da pintura vermelha (58%), ficando 17% para o corrugado, seguido do escovado, do simples e do inciso (8% cada um). O acabamento plástico externo é, na maioria das vasilhas, mais regular na parte superior, sendo que em muitos casos há ausência de decoração nos princípios da base.

No acabamento interno dos vasilhames maiores costuma haver alisamento regular, mas frequentemente com estrias marcadas, até mesmo algumas falhas. Nas tigelas pequenas e médias, com estilo indígena, é registrado o pintado vermelho sobre engobe branco; nas de tipo mais colonial é comum o alisado ou o engobe vermelho.

De modo geral, nas vasilhas com aparência técnica mais indígena, os padrões de acabamento externo e interno se assemelham ao padrão já amplamente descrito como Tradição Tupiguarani; nas de aparência colonial são comuns, além do corrugado, do escovado e do ungulado, o vermelho externo, o inciso e o estocado.

O antiplástico, em todo o conjunto de vasilhas, é composto pelos mesmos elementos. É formado por areia de tamanho médio podendo haver, em quantidade variável, fragmentos e grãos arredondados de quartzo, grãos de hematita e de manganês, e talvez carvão. Muitas vezes o antiplástico é extremamente denso e grosso e, em alguns vasilhames, há elementos de tamanhos grandes em meio à areia média; em outros, o antiplástico é uniforme, composto por areia média a fina. Numa mesma vasilha pode existir, em alguma parte, inclusão de antiplástico do tipo bem denso, e em outra, pouca inclusão distribuída igualmente. As inclusões não parecem ter sido agregadas intencionalmente a uma argila previamente tratada, mas estariam presentes no material de origem; não se trata de areia de praia, mas areia proveniente da decomposição de rochas da área de encosta do planalto.

A queima é, em sua totalidade, oxidante, sendo bastante completa, com resquícios de um núcleo mais escuro entre paredes marrons, avermelhadas ou alaranjadas. O uso das vasilhas utilitárias no fogo deu continuidade à queima na face externa, ao passo que o preparo de alimentos sólidos, pastosos ou líquidos modificou a parede interna durante toda a vida útil do vasilhame; com isto se torna difícil avaliar a qualidade da primeira queima. Nas vasilhas de serviço aparecem de forma mais clara as características da queima inicial, com frequentes manchas claras e escuras, na face externa, originárias da sobreposição das vasilhas na hora da queima e do consequente acesso do oxigênio externo. A cor da parede externa é, predominantemente, um marrom puxando para cinza, mas há casos em que a parede é mais avermelhada ou amarelada, sem perceptível diferença na queima.

As marcas de uso aparecem em numerosos recipientes. Foram classificadas em três tipos: crosta de material carbonizado, que muitas vezes chega a penetrar 5 mm na parede, existente principalmente no fundo das vasilhas e resultante da preparação de alimentos pastosos ou sólidos; manchas escuras, como uma película de fuligem, localizadas nas dobras internas e externas dos bojos, possivelmente relacionadas à dificuldade de limpeza destas inflexões e ângulos, também ligadas ao preparo de alimentos pastosos e sólidos; e os craquelados, tanto leves, quanto mais aprofundados, nas superfícies internas, resultantes da preparação de alimentos líquidos. A intensidade da existência destas marcas de uso indica acentuado uso das vasilhas e certa estabilidade do assentamento.

A ausência completa destas marcas é notada nas vasilhas destinadas ao consumo, como são as tigelas de tamanho pequeno; nas que apresentam influência colonial mais nítida percebem-se também pequenos aprofundamentos e desgastes irregulares generalizados na superfície interna, sinais que podem ser atribuídos ao uso de objetos agudos ligados ao consumo de alimentos.

Outros materiais

Na coleção de materiais ainda existem objetos líticos (5), um cachimbo colonial e uma conta ‘veneziana’ quebrada.

A amostra lítica é composta por 5 objetos com função presumida e 3 fragmentos não utilizados. Os objetos são formados por um ‘picão’ com ambas as faces lascadas e 4 peças que possuem marcas de utilização, possivelmente, relacionadas à ação de afiar instrumentos de metal. Em um destes afiadores existe uma depressão no centro da face, formando espécie de almofariz. O ‘picão’ não se enquadra com nitidez em nenhuma tradição indígena conhecida para o Rio Grande do Sul, sugerindo ser uma adaptação às necessidades de trabalho do local e procedente de produção colonial. Os afiadores já foram percebidos em outras coleções arqueológicas, porém chama atenção, no presente caso, a indisponibilidade na região da matéria-prima usada, o que leva a pensar na ‘importação’ desses materiais de outros centros povoados; a utilização para manutenção de instrumentos de metal, também sugere período colonial.

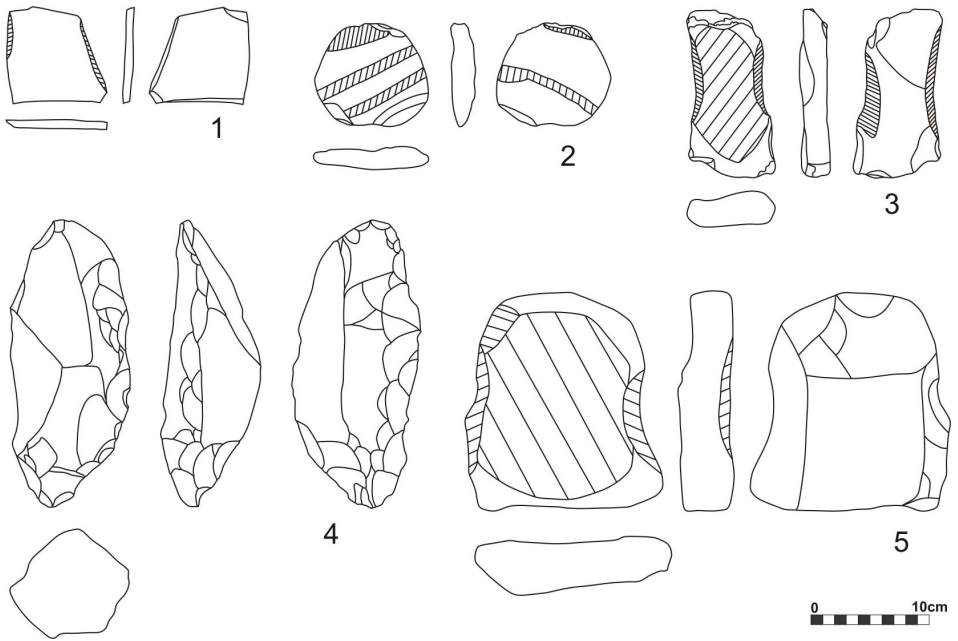



Figura 3: Afiadores (1, 2 e 3), ”picão” (4) e almofariz (5)

Figura 4: Cachimbo colonial e Conta “veneziana’

O cachimbo presente na coleção possui 8 cm de comprimento, medida horizontal entre o corpo do fornilho e a extremidade oposta; 3,5 cm de altura no corpo do fornilho; e 2,9 cm de profundidade no fornilho. Segundo classificação proposta por Becker e Schmitz para cachimbos do Rio Grande do Sul, a peça se enquadraria em um cachimbo angular de porta-boquilha longa (Basile Becker & Schmitz, 1969). Os autores classificam todas as peças com este formato como derivadas de produção indígena. Todavia, observando melhor o formato extremamente regular da peça, com seus lados angulares e simétricos e sua superfície bem alisada, e as técnicas regulares de constituição da abertura do fornilho e da porta-boquilha, o exemplar parece mais conforme com o de fabricação colonial.

Para a conta não conseguimos bibliografia ou informações, em fontes brasileiras, fazendo-nos suspeitar que talvez a peça tenha escassa ocorrência na América Portuguesa. Informações específicas sobre coleções de contas (Gallery Ezakwantu) dão estas contas como 'Chevron beads' ('contas de divisa'), ou 'Rosetta beads', ou ainda 'Star beads'. Estes tipos de contas foram muito utilizados na África e na América como moeda comercial de troca no período colonial. As 'Chevron beads', consideradas mais tradicionais e antigas são formadas por sete camadas de vidro, alternando as cores azul, branca e vermelha; foram produzidas ao menos desde os finais do século XV em Veneza e em Murano, na Itália. Nos finais do século XIX inicia-se a produção de contas com seis e quatro camadas de sobreposição. O exemplar de nossa coleção possui sete divisões ou camadas, enquadrando-se na fase de produção mais antiga. Atende tanto o caráter funcional proposto, de utilização como ferramenta de troca ou de aliança, quanto o caráter cronológico, estabelecendo uma sugestão aceitável, ainda que extremamente limitada, de tempo para o assentamento estudado.

Resultados

O sítio RS-LN-141/142 apresenta-se como instalação lusa dos inícios do povoamento da área. A falta de estruturas de pedra ou adobe sugere que tenha sido uma construção de material perecível, como madeira e palha. A quantidade de remanescentes cerâmicos indica certa permanência, mas a falta de uma lixeira e a presença de panelas inteiras sugere o abandono do lugar após certo tempo de ocupação efetiva. Como o material foi recolhido sem registro individual dos fragmentos e de seus conjuntos, e sem a indicação da superfície coberta pelos restos, não há como pensar as estruturas do assentamento.

As grandes panelas e gamelas, aparentemente confeccionadas no assentamento, sugerem diversificação de atividades; elas se destinariam à preparação de alimentos para uma comunidade constituída por várias pessoas, sendo as gamelas utilizadas para o preparo de alimentos mais secos, como a farinha de mandioca ou de milho, e as grandes panelas para cozimento de alimentos pastosos ou líquidos. A presença de um 'serviço de mesa' não confeccionado localmente, como são, ao menos, as tigelas com borda acastelada e uma 'sopeira' colonial, indica ligação com um centro maior, onde

este material, produzido em série, podia ser adquirido. O mesmo se deve dizer do cachimbo. A grande conta veneziana insinua uma presença feminina, que superou as necessidades de mera subsistência. As pedras de afiar sugerem instrumentos cortantes de metal (especialmente facas e navalhas), que naturalmente seriam levados quando o estabelecimento foi abandonado. O mesmo valeria para a falta completa de vidraria? No local permaneceu somente um picão de pedra lascada que substituiria a enxada na preparação de terreno para plantar mandioca, milho ou verdura. Resta, ainda, a pergunta sobre os recipientes cerâmicos claramente indígenas, como é certamente o 'cambuchi' e aqueles que poderiam ser imitação. Seriam provenientes da mistura de material com o de um sítio guarani, ou produto de indígenas a serviço do estabelecimento, os quais também poderiam ter produzido parte das outras cerâmicas, como as grandes panelas e gamelas e até os pequenos pratos e tigelas pintados de vermelho sobre engobe branco. A possível presença de indígenas a serviço do estabelecimento tornaria mais clara a composição da comunidade residente.

O estabelecimento, no lado ocidental da Lagoa Itapeva, não estava na proximidade do caminho das tropas que vinha da Colônia do Sacramento com destino a Araranguá e finalmente a Sorocaba, o qual passava junto à praia, no lado oriental da lagoa. Também não parece corresponder a nenhuma das fazendas visitadas, no século XIX, por viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire e outros, as quais também estavam no lado oriental da lagoa. A suspeita recai, então, sobre um estabelecimento agropastoril do tempo em que a região é efetivamente ocupada por populações lusas vindas de Laguna, de São Paulo, ou diretamente de Portugal.

Comparações

Os materiais estudados não apresentam semelhanças com as coleções encontradas nos sítios coloniais estudados por Schmitz (1958); por Mentz Ribeiro (2004) e por Jacobus (1996a e b, 1998, 2000).

O material de sítios vindo de coletas superficiais realizadas nos municípios de Osório e Capão da Canoa por Schmitz é composto por fragmentos cerâmicos das tradições Tupiguarani, Taquara e Neobrasileira, contas de vidro, pontas de projétil atribuídas à Tradição Umbu, um cachimbo colonial e alguns poucos instrumentos líticos. Na época o autor referiu-se aos sítios como 'Paradeiros Guaranis em Osório', descrevendo a cerâmica Guarani, a cerâmica hoje considerada Tradição Taquara como cerâmica 'Osório', e anotando a existência de combinações entre as duas. A cerâmica e as contas encontradas nestes 'paradeiros' estão ligadas a um tempo de contato mais antigo e primário com os nativos, e não se assemelham com as encontradas nos sítios estudados por nós, que representam uma produção tecnológica colonial de caráter mais acentuado e tardio.

As pesquisas de Mentz Ribeiro foram desenvolvidas em 1996, durante um projeto de salvamento arqueológico na Catedral de São Pedro, construída em 1755 no atual município de Rio Grande. No trabalho o pesquisador encontrou fragmentos de cerâmica e de louças coloniais, além de outros

materiais relacionados ao cotidiano e aos serviços religiosos da catedral. Os poucos (19) e pequenos fragmentos cerâmicos encontrados, atribuídos à Tradição Neobrasileira, também não se aproximam tecnologicamente das vasilhas por nós estudadas.

A pesquisa desenvolvida por André Luiz Jacobus (1996a e b, 1998, 2000) no antigo Registro de Viamão, localizado no atual município de Santo Antônio da Patrulha, recuperou artefatos de metal, líticos, vidro, louça e cerâmica. Jacobus classificou a cerâmica encontrada como pertencente à fase Monjolo, com influência tecnológica africana. Segundo o autor existem outros sítios, atribuídos por Eurico Th. Miller (1967) à fase Monjolo, em Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Torres e Gravataí. A cerâmica do antigo registro possui a composição das formas, a construção das paredes, e principalmente, os acabamentos externos diferentes das vasilhas por nós estudadas.

Não encontramos até o momento descrições anteriores que possam servir de ponto de referência ou de relação com o material proveniente dos sítios RS-LN-141 e 142. Esta ausência de informações nos parece mais reflexo da escassa quantidade de trabalhos publicados, e não derivado do caráter incipiente da produção de cerâmicas coloniais na região.

A história do povoamento luso da região na bibliografia

A fundação do povoado de Santo Antônio dos Anjos de Laguna é um marco fundamental do desejo expansionista português. Laguna era o ponto mais extremo da divisão de Tordesilhas e termo final do domínio português. A região, antes da criação da povoação, já era conhecida pelo nome antigo de Lagoa dos Patos (CESAR, 2002), e já havia comentários sobre as aldeias indígenas, o porto comercial, e sobre os intermediários nativos que auxiliavam os paulistas na captura dos indígenas que se localizavam na região (CESAR, 1969; FRANZEN, 1997, 2006). Apesar disto, é apenas em 1688 que se configuraram, através do paulista Domingos de Brito Peixoto, as diretrizes administrativas coloniais do povoado, segundo carta enviada no mesmo ano de 1688 pelo Ouvidor Geral do Rio de Janeiro Thomé de Almeida de Oliveira,

> [...] dá conta a Vossa Majestade em como estando em correição na Villa de Santos lhe dera a noticia o Capitão Domingos de Brito morador n'ella de que ia povoar a Laguna parte mais vezinha a Maldonado, para fazer alguns descobrimentos de prata, e haver já posto alguns curraes, ao que o ajudara com o que lhe fora necessario, e alguns cazaes, que logo levara para a dita povoação [...] se animara a fazer a conquista da Laguna, terra muito fertil e abundante de pescado e carnes, e para a mais lavoura com a vezinhança da de Buenos Ayres, donde lhe parecía havia grandes descubrimentos, para o que resolvera fazer duas grandes embarcações, uma que perdera havia quatorze annos, e outra em que de presente ia à sua custa com seus filhos, parentes e amigos com designio de mandar fazer diligencia por prata; porquanto entendia por alguns signaes não faltaria [...] (Documentos Interessantes, Volume LIII, 1931, p. 28-39).

Em 1714 Laguna tornou-se vila e reafirmou seu papel de base de operações às incursões ao sul. Era a partir de Laguna, seguindo pelo caminho da praia, que se chegava ao litoral do Rio Grande Sul.

Francisco de Brito Peixoto, filho do fundador de Laguna, a partir de 1715 deu início à missão de posse e povoamento do território ao sul de Laguna (Franco, 1953). Em 1725 Francisco Peixoto, sob as ordens do governo de São Paulo, enviou uma frota, comandada por João de Magalhães, ao Rio Grande, com o intuito de estabelecer um marco de povoamento na região. Durante esta expedição se delimita melhor a navegação lacustre entre Tramandaí e Torres, o que facilitou a expansão e a comunicação com Laguna, no decorrer do processo de anexação e defesa da região.

Desde, no mínimo, o século XVII as Vacarias do Mar, nos campos do sul, e a Vacaria dos Pinhais, nos campos de cima da serra, já atraiam movimentações coloniais com interesse em resgatar o gado vacum, cavalos e muares destes campos; porém, é no século XVIII que as atividades dos tropeiros se intensificam (Barroso in Boeira, 2006). A partir da expedição de João de Magalhães e de Francisco Peixoto alguns lagunistas começaram a formar invernadas e criadouros nos Campos de Viamão. Os Campos de Viamão abrangiam a área nordeste do atual Rio Grande do Sul, correspondendo às terras ao sul do rio Mampituba, tendo como limite leste o oceano, a oeste e sul o Guaíba e a Lagoa dos Patos; já para os paulistas e lagunistas que exploraram o Rio Grande do Sul a partir do "Caminho da Praia", os campos eram todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro (Kühen, 2004). O próprio Magalhães estabeleceu invernada nos campos de Tramandaí, onde reunia gado para abastecer a fazenda que possuía nas proximidades de Laguna, conhecida como sesmaria de Garoupava, recebida em 1729 (Fortes, 2001).

O primeiro caminho de passagem destas tropas é o 'Caminho da Praia' ou 'Estrada da Laguna', que corria naturalmente pela costa do Rio Grande do Sul, seguindo a praia e os campos até Laguna. Por este caminho passaram os primeiros tropeiros lagunistas e se vinculou Laguna à Colônia do Sacramento.

Entre 1727 e 1730, quando a presença paulista se tornou mais constante na região, para facilitar o transporte dos animais, Francisco de Sousa Faria e Cristóvão Pereira de Abreu, ambos portugueses, abriram uma nova estrada, ligando Colônia do Sacramento, os Campos de Curitiba e São Paulo. A abertura foi concluída em 1730 e ficou conhecida como 'Caminho de Sousa Faria' ou 'Estrada dos Conventos'; o percurso seguia pelo antigo caminho da praia até a altura de Araranguá, a partir daí subia aos campos de Cima da Serra em direção a Lages, Curitiba e São Paulo.

Por volta de 1731, Pereira de Abreu, que havia auxiliado Sousa Faria anteriormente, inicia a abertura do 'Caminho do Sertão' ou 'Caminho de Cristóvão Pereira', que saía do caminho da costa na altura de Palmares, cortando os Campos de Viamão, passando pelo planalto até chegar a Sorocaba. Ao longo deste caminho foram surgindo guardas, e posteriormente registros, que cobravam taxas sobre os animais transportados a Sorocaba e

marcavam a presença do governo imperial português no comércio dos animais. Através destes caminhos e destas guardas e registros:

> [...] interiorizou-se a penetração portuguesa de ocupação. A obrigatoriedade da contagem dos animais e o respectivo pagamento dos direitos da Coroa no Registro da Guarda Velha, em Santo Antônio da Patrulha, fizeram povoar os Campos de Viamão e os de Cima da Serra. Portanto, o comércio muar, através dessa rota de dentro, agilizou a integração territorial do Rio Grande do Sul ao domínio colonial luso, em processo de ocidentalização do espaço que vinha conquistando (BARROSO in BOEIRA, 2006, p. 182).

Ao percorrer o Caminho do Sertão, segundo Jacobus (1998; 2000), os tropeiros, para chegarem a São Paulo, passavam pelo registro da Guarda Velha, em Santo Antônio da Patrulha (RS), instalado por volta de 1738 e que durou até 1808; o registro de Santa Vitória, instalado por volta de 1772 em Bom Jesus (RS); o registro de São Jorge, instalado por volta de 1776 em Lages (SC); e o registro de Curitiba, existente ao menos desde 1734. Em 1816 o 'Caminho das Missões' é oficialmente aberto, aumentando a articulação entre as zonas de fornecimento e abastecimento, e diminuindo os entraves do antigo percurso que atravessava a Serra Geral. Aos poucos o movimento de tropas foi se ocidentalizando e o antigo 'Caminho de Viamão' foi sendo abandonado (Barroso in Boeira, 2006).

O estabelecimento de guardas ao longo do Caminho do Sertão, a fundação do Presídio de Rio Grande e, depois, as ameaças castelhanas, resultaram no estabelecimento de diversas guarnições militares ao longo das regiões de retaguarda do Presídio. Nesse contexto de proteção é que foi instalada em 1738, ao sul de Laguna, a Guarda de Tramandaí. A Guarda tinha por objetivo, além da função militar, a cobrança de tributos referentes às mercadorias, ao trânsito de pessoas e ao passo dos rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá. Por volta de 1773 a Guarda de Tramandaí foi transferida para Torres.

A partir de 1763, em meio às investidas castelhanas em Santa Catarina, o Marechal Jaques Funck, sob ordens do Governador José Marcelino de Figueiredo, decidiu implantar na Guarda de Torres, zona geograficamente estratégica, uma fortificação contra o avanço espanhol. Em 1777 foi concluído o Forte São Diogo das Torres, localizado próximo à Torre do Norte. Contudo, com o fim da guerra, marcada com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em outubro do mesmo ano de 1777, a guarnição foi sendo abandonada (Ruschel, 1995).

Na região dos Campos de Viamão e em torno destes caminhos de tropas é que se estabeleceram os primeiros assentamentos colonizadores. Primeiramente sob a forma de invernadas, que serviam de apoio para tropear gado entre a região do Rio da Prata, Colônia do Sacramento, Laguna e São Paulo. O regime de invernadas se baseava em uma exploração temporária dos recursos, visando à manutenção do comércio de animais. Os tropeiros reservavam para si áreas de invernada, necessárias à manutenção das tropas

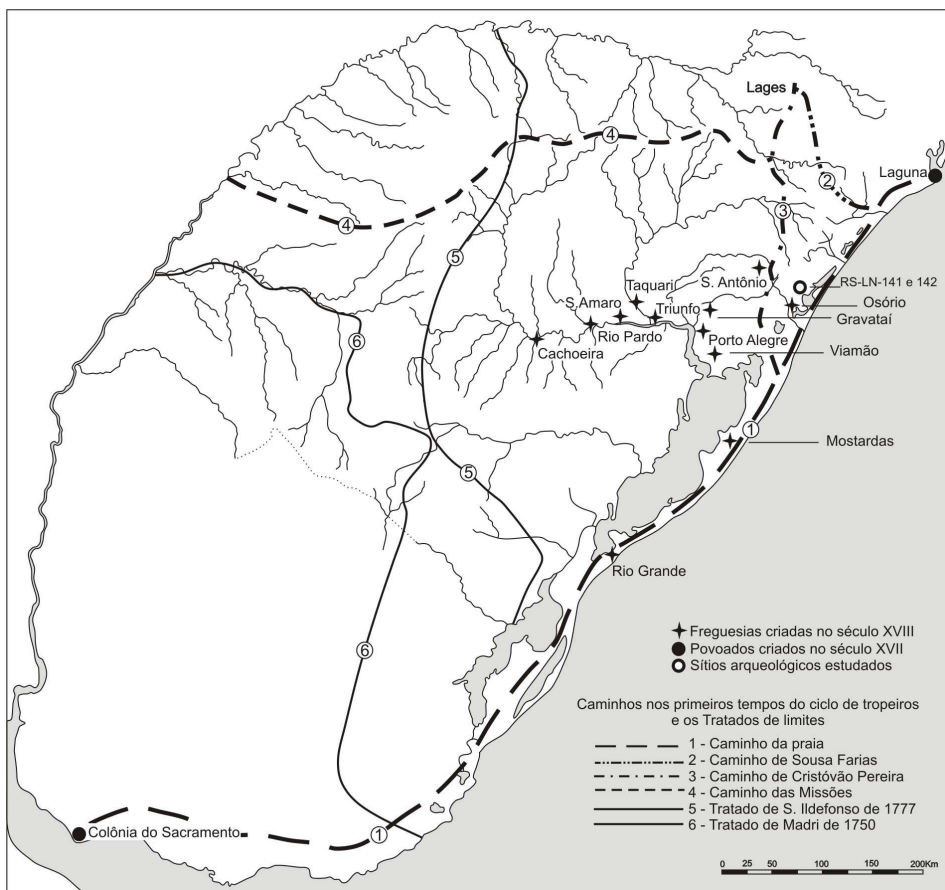
no decorrer da viagem, porém os mesmos não possuíam ainda títulos de propriedade ou qualquer tipo de autoridade legítima sobre estas propriedades.

Posteriormente, com o estabelecimento de famílias e da presença de uma regulamentação jurídica oficial, iniciam a doação de porções de terra, sob a forma de sesmarias, propriedades que formaram as tradicionais estâncias.

> Foi justamente a partir das imediações do Caminho do Sertão que as terras foram sendo povoadas na direção do Planalto Médio. [...] A Coroa, ao legalizar a posse de terras ao longo dos caminhos [...] transferia o ônus da manutenção da terra a particulares, garantindo e resguardando indiretamente os seus domínios no extremo-sul brasileiro. [...] Com essa lógica de conquista, adicionavam-se outros ganhos provenientes do comercio de animais promovido nas veredas que a Coroa lusitana estimulava abrir (Barroso in Boeira, 2006, p. 182).

A presença portuguesa, tanto de caráter oficial, presente nas concessões de sesmarias, quanto na iniciativa particular através de arranchamentos, é consequência do movimento de tropeiros, que levavam muares para São Paulo já muito antes de 1737, data da fundação de Rio Grande (Barroso in Boeira, 2006). Em 1734 entre o Tramandaí e o Rio Grande já havia 27 estâncias instaladas na região (Fleck in Boeira, 2006). Por estes motivos, quando Francisco de Brito Peixoto, em 1732, requereu sesmaria, que se estenderia do “Tramandaí até a barra do Rio Grande”, o lagunista recebeu a informação de que estes campos já seriam propriedade de inúmeros criadores, e que por isso seu pedido não poderia ser atendido (César, 2002).

No decorrer do século XVIII se fundaram, através de leis, alvarás e provisões, doze freguesias no atual Rio Grande do Sul: São Pedro do Rio Grande do Sul em 1736; Nossa Senhora da Conceição de Viamão em 1741; Senhor Bom Jesus do Triunfo em 1754; Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo em 1769; Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre em 1772; Nossa Senhora da Conceição do Arroio (atual Osório), São Luis de Mostardas e Santo Amaro em 1773; Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira em 1777; Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia em 1795; São José do Taquari e Santo Antônio da Patrulha em 1795 (Ferreira Filho, 1958).

No litoral as duas primeiras porções de terra cedidas oficialmente pela Coroa no Rio Grande do Sul foram doadas a Manuel Gonçalves Ribeiro em 1732 e a Francisco Xavier Ribeiro em 1734 (Ruschel, 1995, 2004). As propriedades localizavam-se, uma ao lado da outra, ao norte do Rio Tramandaí, na região conhecida anteriormente como Paragem das Conchas. Compreendiam juntas cerca de 6 léguas de comprimento e 1 légua de largura. Descontando a região setentrional da Barra do Tramandaí, onde se localizava a Guarda, ambas as propriedades englobavam a região entre Imbé e Capão Novo (utilizando a antiga légua portuguesa de 6.173m) ou se estendia até o sul de Arroio do Sal (usando légua de 6.600m). Pouco tempo depois Francisco Pinto Vila Lobos e José Pinto Vila Lobos, receberam, cada um, sesmaria ao norte das duas anteriores. As quatro propriedades, agora juntas, se estendiam até o Morro da Itapeva. Por volta de 1750, Francisco da Fonseca Quintanilha torna-se dono das quatro antigas sesmarias (Ruschel, 1995).

Mapa 2 – Os antigos caminhos e os povoados e freguesias criados nos séculos XVII e XVIII. Mapa adaptado de FILHO FERREIRA, 1958.

Em 1766 Quintanilha vendeu as terras ao português Manoel Bento da Rocha e a Antônio Luiz Escobar Araújo, que formaram a Estância São Maurício. A propriedade possuía sede próxima à atual Lagoa dos Quadros, antigamente referida como Lagoa Manoel Bento da Rocha ou Lagoa das Casas de Telhas. Em 1770 Escobar Araújo saiu da sociedade e, por volta de 1779, Manoel Bento acabou por vender as terras, desmembrado-as em quatro propriedades menores. Manoel José Machado comprou as três localizadas mais ao norte, próximo a Torres, e Joaquim José Machado a mais meridional, na região da antiga sede da Estância São Maurício (Ruschel, 1995).

No decorrer dos finais do século XVIII, com a chegada dos povoadores açorianos, se acelerou o desmembramento das grandes propriedades, através de vendas e doações, o que impulsionou a formação do caráter agrícola da região. Em 1791 Antônio Gonçalves Covas recebeu meia légua de terras entre

a última Torre e a pedra da Itapeva e, em 1795, Manoel Inácio de Souza obteve as terras na região da margem interna da Lagoa da Itapeva.

Além das propriedades menores, destacam-se na região, a partir do início do século XIX, três estâncias, o "Sítio do Inácio", na região próxima à Lagoa dos Quadros; a "Estância do Meio" na região do atual município de Arroio do Sal; e o "Sítio da Itapeva", no atual município de Torres. Nesta época a região dos campos litorâneos estava habitada pela família Cardoso e a de Vitorino Antônio Nunes na Estância do Meio; a de José da Silveira (açoriano) e seu filho Alexandre da Silveira, na localidade de Areias Brancas; a de José Pereira Brum (açoriano) e seu filho Potenciano Pereira Brum, no Passo da Caveira; e nas proximidades da Itapeva João Martins da Rocha (açoriano), seu filho Francisco Martins da Rocha (açoriano), José Martin Machuco (português) e Felipe Cardoso. Na região da margem interna da Lagoa da Itapeva estavam assentados Manoel Pereira da Silva, no rio Cardoso, e o alferes Manoel Francisco da Terra e seu filho José Lemos Terra, na área do atual município de Três Cachoeiras. Na região próxima ao rio Mampituba morava Antônio Pereira Marques e Manoel José de Leão (Ruschel, 1995).

Os sítios aqui estudados, com grande probabilidade, correspondem a esta primeira ocupação agropastoril da margem interna da lagoa Itapeva, onde Manoel Inácio de Souza, em 1795, recebeu sesmaria e no começo do século XIX estavam assentados Manoel Pereira da Silva e o alferes Manoel Francisco da Terra e seu filho José Lemos Terra (Ruschel, 1995). As características do material correspondem adequadamente ao que se pode supor tenham sido estes primeiros assentamentos, bastante autônomos, mas pertencentes a um povoamento que tinha Laguna como centro maior. Os materiais, entretanto, são insuficientes para saber a qual ou quais desses moradores correspondem os sítios estudados.

Conclusão

No decorrer do século XVII o processo de esvaziamento indígena da região sul acelerou-se. Na época em que o processo de povoamento e expansão territorial português assumia caráter oficial sob a forma de doação de sesmarias, o litoral do Rio Grande do Sul estava praticamente vazio de populações nativas. Os indígenas tinham sido levados pelos comerciantes portugueses às capitanias que necessitavam de mão-de-obra escrava, tinham sofrido com as epidemias de doenças e com guerras, ou fugido para o interior do território.

A fundação do presídio em Rio Grande, em 1737, por José da Silva Pais, é resultado de processos anteriores, graduais, decorrentes de interesses econômicos e exploratórios na região. Estes interesses variaram ao longo do século XVII e XVIII, indo das primeiras vindas paulistas em busca de indígenas, passando pelo resgate do gado disponível nas vacarias e estabelecimento das primeiras invernadas, até a legitimação da posse dos territórios através das concessões de sesmarias.

Depois das expedições dos padres jesuítas portugueses e depois da presença dos colonos escravistas na costa litorânea norte, é a ação dos

tropeiros que permitiu e incentivou o progressivo estabelecimento português nos territórios do leste do Rio Grande do Sul. Neste gradual estabelecimento existiu uma união e complementação entre os interesses particulares de colonos, vindos, principalmente, de Laguna, e os objetivos da Coroa portuguesa, de anseio expansionista e de exploração de recursos.

O litoral do Rio Grande do Sul desempenhou importante papel nesta complementação de interesses, pois é na região que se instalaram os primeiros assentamentos coloniais de iniciativa particular e, a partir de 1732, são doadas as primeiras sesmarias. A faixa entre o mar e os cordões de lagoas foi um caminho naturalmente utilizado pelos indígenas anteriores ao contato e pelos colonizadores portugueses e paulistas. Por ali, também transitavam os recursos para a fundação e manutenção de Rio Grande e da Colônia do Sacramento. E neste caminho se estabeleciam os controles da movimentação do gado e das mercadorias, com suas correspondentes instalações.

Porém, era na margem ocidental das lagoas que se localizavam as áreas férteis, propícias para a instalação de uma agropecuária efetiva, ainda com precárias instalações, como as que estudamos no trabalho. Elas seriam bastante diferentes daquelas dos postos de controle (JACOBUS, 1996a e b, 1998, 2000) e, quem sabe, também daquelas instaladas ao longo do caminho, descritas pelos viajantes, que ainda não possuem descrições de seus vestígios materiais. A não semelhança com outros sítios coloniais já estudados demonstra a diversidade cultural envolvida nestes assentamentos, e a complexidade dos elementos sociais envolvidos. Os sítios estudados representam um momento importante da História do Rio Grande do Sul, envolvendo a passagem do regime de invernadas e assentamentos exploratórios para uma ocupação efetiva do território, derivada da instalação de uma economia e de uma população estáveis, que formaram, gradativamente, as bases da sociedade local.

Referências Bibliográficas

BARROSO, Véra Lucia Maciel 2006. O tropeirismo na formação do Sul. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Passo Fundo: Méritos, p. 171-187.

BASILE BECKER, Itala Irene & SCHMITZ, Pedro Ignácio 1969. Cachimbos do Rio Grande do Sul. Pesquisas*, Antropologia* 20: 139-162.

BECKER, Jussara Louzada 2007 e 2008. *O homem pré-histórico no Litoral Norte, RS, Brasil, de Torres a Tramandaí.* Volume 1 e 3. Gráfica e editora TC.

BEMFICA, C.R.; FIGUEIREDO, L.M. C.; GOMES, S.T.; BIER, T.J.B. & BARROSO,V.L. M (org.) 2000. *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST Edições.

CESAR, Guilhermino 1969. *Primeiros cronistas do RS 1605-1801.* Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul.

CESAR, Guilhermino 2002. *História do Rio Grande do Sul, Período Colonial*. 3º Edição. Porto Alegre: Martins Livreiro.

CHMYZ, Igor 1966. *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica*. Manuais de arqueologia, número 1. Curitiba: Universidade Federal do Paraná,

ELY, Nilza Huyer & BARROSO, Véra Lucia 1999. *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST Edições.

FERREIRA FILHO, Arthur 1958. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo.

FLECK, Eliane C. Deckmann 2006. De terra de ninguém à terra de muitos: olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Passo Fundo: Méritos, p. 273-307.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos 1997. *Os Jesuítas Portugueses e Espanhóis e sua Ação Missionária no Sul do Brasil e Paraguai* (1580-1640), Um Estudo Comparativo. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos 2006. Jesuítas Portugueses nos séculos XVII e XVIII. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul.* Volume 1. Passo Fundo: Méritos, p.85-101.

FORTES, João Borges 2001. *Rio Grande de São Pedro, povoamento e conquista*. Porto Alegre: Martins Livreiro.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho 1953. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Séculos XVI, XVII e XVIII. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira.

Gallery Ezakwantu, Franschhoek South Africa. Disponível em: http://www.ezakwantu.com/Gallery%20Trade%20Beads%20Slave%20Beads%20African%20Currency.htm. Acesso em 27 de outubro de 2011.

JACOBUS, André Luiz 1996a. *Resgate Arqueológico e Histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha – RS)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

JACOBUS, André Luiz 1996b. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: O Registro de Viamão como estudo de caso. *Revista do CEPA*, vol 20(23): 7-58. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul.

JACOBUS, André Luiz 1998. O registro de Viamão: Um pedágio do século XVIII na América portuguesa. *Revista do CEPA*, vol 22(27/28): 63-76. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul.

JACOBUS, André Luiz 2000. A Guarda Velha (Santo Antônio da Patrulha-RS): Um Pedágio do século XVIII na América Portuguesa. In: BEMFICA, C.R.; FIGUEIREDO, L.M.C.; GOMES, S.T.; BIER, T.J.B & BARROSO, V.L.M (org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST Edições, p. 49-62.

KÜHN, Fábio 2004. *Breve história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Editora Leitura XXI.

LAMING-EMPERAIRE, Annette 1967. *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul*. Manuais de arqueologia, número 2. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

LA SALVIA, Fernando & BROCHADO, José Proenza 1989. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura.

MEGGERS, Betty J. & EVANS, Clifford 1970. *Como interpretar a linguagem da cerâmica*. Manual para arqueólogos. Washington, D.C: Smithsonian Institution.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto 2004. *Arqueologia na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

MILLER, Eurico Th. 1967. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. In: Programa Nacional de Pesquisas arqueológicas, 1. Resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966. *Boletim do Museu Paranaense Emilio Goeldi* 6: 15-26.

RUSCHEL, Ruy Ruben 1995. *Torres, Origens*. Porto Alegre: Gráfica Hartmann.

RUSCHEL, Ruy Ruben 2004. *Torres tem História*. Porto Alegre: EST Edições.

SCHMITZ, Pedro Ignácio 1958. Paradeiros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). *Pesquisas* 2: 139-162, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas.